

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.580 - SC (2019/0092571-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : JOÃO FRANCISCO MARTINHO (PRESO)
ADVOGADO : HENRIQUE LAPA LUNARDI - SC031413
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por JOÃO FRANCISCO MARTINHO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Consta dos autos que o recorrente foi preso pela suposta prática do delito referido no art. 24-A da Lei n. 11.340/2006, por ter descumprido "*a Decisão Judicial que deferiu medidas protetivas de urgência nos autos n. 0000001-43.2019.8.24.0044 (consoante Decisão acostada à fl. 17), dirigindo-se até o local de trabalho da vítima Lenita Maria Domingos Martinho, aproximando-se e mantendo contato com esta*" (e-STJ fl. 21).

Na ação antecedente, alegou a defesa a "*ausência dos pressupostos autorizadores da prisão cautelar e na carência de fundamentos concretos a justificar o cárcere, mormente porque a pena máxima cominada ao delito não ultrapassa 2 (dois) anos de detenção, o paciente não tem antecedentes ou registros criminais, possui trabalho lícito e residência fixa. Salienta que possível a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, invocando os princípios da presunção de inocência e do devido processo legal*" – e-STJ fl. 100.

No entanto, a Corte de origem denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 98):

HABEAS CORPUS (CRIMINAL). VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (ART. 24-A DA LEI N. 11.340/2006).

ALEGADA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. INOCORRÊNCIA. DECISUM FUNDADO ESSENCIALMENTE NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, PELO DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. EXEGESE DO ART. 313, III, DO CPP. PENAS QUE NÃO ULTRAPASSAM QUATRO ANOS. PRESCINDIBILIDADE.

FUNDAMENTOS DO DECRETO PREVENTIVO QUE SE MOSTRAM IDÔNEOS. PACIENTE QUE, APÓS DEFERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS, VOLTA A PROCURAR A EX-MULHER, DENEGRANDO SUA IMAGEM E, APÓS, FAZ MENÇÃO DE AGREDI-LA, SENDO CONTIDO POR TERCEIROS, COLOCANDO EM XEQUE A DECISÃO JUDICIAL, ANTES PROFERIDA. ADEMAIS, PACIENTE QUE POSSUI REGISTROS CRIMINAIS DA MESMA NATUREZA E TENTA SE EVADIR DA DELEGACIA. GRAVIDADE INCONTESTE DA CONDUTA A REVELAR A PERICULOSIDADE CONCRETA E O MANIFESTO RISCO DE REITERAÇÃO, COMO EFETIVAMENTE OCORREU. NECESSÁRIA

PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSICOLÓGICA DA VÍTIMA E GARANTIA DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS. INTERRUPÇÃO DA TRAJETÓRIA CRIMINOSA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO INSUFICIENTES À ESPÉCIE. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA FRENTE A FUTURA PENA IMPOSTA. SITUAÇÃO HIPOTÉTICA QUE NÃO OBSTA A PRISÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.

ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa reafirma as alegações precedentes, asseverando, para tanto, que "*a manutenção de medida segregatória carece de fundamentação necessária, porquanto a Egrégio tribunal a quo não apresentou quaisquer elementos ou circunstâncias de perigo a ordem social, nem, tampouco, de afetação ao regular seguimento do feito*" (e-STJ fl. 114).

Sustenta, ainda, que o recorrente "*encontra-se preso por mais 60 (sessenta) dias, configurando excesso de aos prazos estipulados e razoáveis para o término da prestação jurisdicional criminal monocrático, onde custa acreditar que alguém presumidamente inocente esteja até então segregado*" (e-STJ fl. 124).

Diante disso, pleiteia o provimento do recurso para que seja expedido alvará de soltura (e-STJ fl. 127).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade

no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, máxime porquanto *"o conduzido possui outros registros da mesma natureza [...] e mesmo depois de contido pelos policiais na ocorrência ora apurada, tentou empreender fuga da delegacia, a denotar total descaso e senso de responsabilidade quanto ao seu comportamento, além de falta de respeito pelas autoridades locais"* (e-STJ fl. 17).

Quanto ao excesso de prazo, de acordo com a orientação desta Corte Superior, os prazos processuais não são peremptórios. Da mesma sorte, o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético. Há de ser realizada pelo julgador uma aferição do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito. Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator